

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

História e Historiografia em Júlio Dantas

Júlio Joaquim Rodrigues da Silva

Júlio Joaquim Rodrigues da Silva, Doutor em História e Teoria das Ideias, especialidade de História das Ideias Políticas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Professor Associado na mesma Faculdade. E-mail: jrodriguessilva@sapo.pt

Uma visão romântica da História?

(...) – Então onde é que existe o passado, se é que existe?

– Nos registos. Está escrito.

– Nos registos. E ...

– Na memória. Na memória dos homens.

– Na memória. Muito bem. Nós, o partido, controlamos todos os registos e todas as memórias.

Nesse caso somos senhores do passado, não é verdade?¹

Nesta célebre passagem do livro *1984*, o torturador de serviço do *Big Brother*, O'Brien, explica à sua vítima, o dissidente Winston Smith, o que é a verdade. Ou seja, a verdade assenta essencialmente na memória colectiva que, por sua vez, se fundamenta nos registos escritos. A manipulação do passado passa necessariamente por uma constante reconstrução da história, ou melhor dizendo, de uma memória histórica capaz de moldar a memória colectiva. Assim sendo, a instrumentalização do passado, ao serviço de uma ideologia e de um regime totalitário, é um dos temas centrais desta obra de George Orwell (1903-1950) escrita em 1949. Antigo militante trotskista e combatente republicano da Guerra Civil espanhola, o autor encontra-se nos antípodas do posicionamento político de Júlio Dantas nos primórdios do Estado Novo. Todavia, os dois escritores têm algo em comum, na maneira como encaram os problemas colocados pela preservação da história e da memória colectiva de um povo².

Só é possível explicar este aparente paradoxo se nos situarmos no contexto histórico das Comemorações Centenárias de 1940. Neste ano, Júlio Dantas (1876-1962) desempenhou um papel fulcral na organização deste evento, patrocinado pelo Estado Novo, sob a égide de Oliveira Salazar e do Secretariado Nacional da Propaganda (S.P.N.) de António Ferro³. As funções desempenhadas, como Presidente da Comissão Executiva e de Presidente do Congresso do Mundo Português, levaram-no a realizar uma reflexão sobre a história e a historiografia. Os discursos, então proferidos, testemunham as suas posições nestas áreas do conhecimento do passado e permitem clarificar as suas concepções historiográficas, aparentemente não coincidentes com o que nos é dado a conhecer da sua produção ficcional. A constatação desta realidade pode ser feita através da leitura de uma das suas obras mais emblemáticas: a “Marcha Triunfal”⁴.

¹ Cfr. ORWELL, George – *1984*. Lisboa: Editores Associados, 1973. p. 252.

² Sobre as questões relacionadas com a relação entre história e memória consultar CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 13-35 e CATROGA, Fernando – *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 11-54.

³ Sobre esta questão consultar CATROGA, Fernando – “Ritualizações da História”. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal Séc.s XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 579-601. Ver também ANDRADE, Luís Miguel Oliveira – *História e Memória. A Restauração de 1640: Do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2001. p. 183-265.

⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *Marcha Triunfal. Narrativas da Epopeia Militar Portuguesa do Século XII ao Século XX*. Porto: Lello & Irmão, 1954.

Neste livro assistimos à epopeia do povo português que decorre em sucessivos quadros históricos entre o século XII e o século XX. A sua concepção da história nacional é aqui marcada pela acção fulgurante e central das grandes figuras de militares e estadistas capazes de determinar, de forma positiva, a evolução de um povo. No entanto, é perceptível o facto destes indivíduos excepcionais serem ao mesmo tempo encarnações vivas do povo português. Nesta abordagem estão presentes os elementos de uma visão romântica e romanceada da história do século XIX com origem em Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Ao mesmo tempo podem-se detectar as marcas características de uma concepção tardia e finissecular da história muito influenciada pelas obras de Oliveira Martins.

A concepção historiográfica dominante, neste texto, assenta na ideia de um progressivo amadurecimento da consciência nacional. Trata-se de um processo espiritual contínuo, iniciado com o primeiro rei de Portugal e atingindo o apogeu com a campanha colonial do general Pereira d'Eça em Angola, durante a Primeira Guerra Mundial (1915-1917). Esta visão da história essencialmente literária não deixa de influenciar os discursos e os elogios de personalidades destacadas da vida política e cultural portuguesa. Compreende-se que uma certa memória nacional seja incapaz de diferenciar a sua actividade de romancista e de historiador. Confusão compreensível se considerarmos o papel relevante, senão mesmo hegemónico, que no campo da cultura desempenhou nos anos 20 e 30 do século XX⁵. A persistência da imagem, saída do célebre “Manifesto Anti-Dantas”, de Almeida Negreiros de 1916 atesta, de modo indirecto, o papel dominante no campo literário da época⁶. O texto traduzia a revolta da vanguarda modernista, contra o *establishment* cultural da época, com o qual durante muito tempo foi identificado Júlio Dantas. Testemunho deste facto é Marcelo Caetano que, nos anos 40, ainda considerava esta imagem pelos menos parcialmente correcta⁷.

A Comissão Executiva dos Centenários

No entanto, só poderemos esclarecer esta questão se nos debruçarmos primeiro sobre o seu papel nas Comemorações no Duplo Centenário de 1940. Desempenhou as funções de membro da Comissão Nacional dos Centenários, de Presidente da Comissão Executiva dos Centenários e do Congresso do Mundo Português e director da *Revista dos Centenários* (1939-1940). As ligações ao governo, presidido por Oliveira Salazar, e ao Secretariado da Propaganda Nacional (S.P.N.) de António Ferro, são evidentes e atestam a sua adesão ao Estado Novo desde os anos 30⁸. A *Revista dos Centenários* de

⁵ Cfr. FRANÇA, José Augusto – *Os Anos Vinte em Portugal. Estudo de factos sócio-culturais*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 126-130. Ver sobre a relação entre história e literatura: TORRALBA, Luís Reis – “História, divulgação e ficção”. In TORRALBA, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernandes – *História da História em Portugal séc.s XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 491-545.

⁶ Cfr. RAMOS, Rui – “A Segunda Fundação (1890-1926)”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. Vol. 6, p. 646-647.

⁷ CAETANO, Marcelo – *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Editorial Verbo, 1985. p. 124-125.

⁸ Sobre a política de captação dos intelectuais por António Ferro consultar Ó, Jorge Ramos do – *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1939-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. p. 17-196. Para uma compreensão parcial das relações de parte

que é director desde o seu primeiro número em Janeiro de 1939 torna-se a expressão mais clara deste compromisso com o regime⁹. A Comissão Executiva dos Centenários, desdobramento da Comissão Nacional que se mantinha como órgão consultivo, destinava-se a dotá-la de uma estrutura mais flexível e eficaz¹⁰.

Na mensagem radiofónica de Novembro de 1938 define a sua concepção da história nacional e da utilidade das comemorações nacionais¹¹. A ideia central é a da continuidade nacional que transcende o tempo através do “dinamismo contínuo da história”. Este processo de revelação da nação a si própria realiza-se através da “ projecção das linhas de força do passado ao presente” e exprime-se através da acção das individualidades nacionais e do povo, considerado o “herói supremo da nacionalidade”. O Duplo Centenário de 1940 não se reduz “a um acto político de interesse nacional” derivado do papel de Portugal na história da civilização, é também “um acto cultural de expressão ecuménica”. As comemorações associam, os congressos de cariz internacional e as “manifestações do espírito” de carácter mais erudito, à festa popular. Assegura-se assim a integração do “heróico povo português” o que não deixará de influenciar as manifestações específicas do Congresso do Mundo Português. Estas concepções têm continuidade no plano das Comemorações, apresentado em Julho de 1939, constituído por três elementos fundamentais: a Exposição do Mundo Português, o Congresso do Mundo Português e o Cortejo do Mundo Português. Cada um destes elementos desempenha um papel específico no conjunto das Comemorações do Duplo Centenário de 1940, representando uma ligação muito específica entre a herança do passado e o dinamismo do presente. A investigação histórica, patente no Congresso do Mundo Português, faz a mediação entre elas, legitimando de um ponto de vista científico as comemorações no seu conjunto:

da intelectualidade nacional com a oposição ver MADEIRA, João – *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. p. 31-242. Sobre a Historiografia durante o Estado Novo consultar: TORGAL, Luís Reis – “A história em tempo de ditadura”. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernandes – *História da História em Portugal Séc. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 241-275.

⁹ “A «comissão Executiva», a que tenho a honra de presidir, possui, a partir de hoje, o seu órgão: a «Revista dos Centenários».

Integrada no quadro de serviços da nossa secção de Propaganda, em que brilhantemente superintende o sr. António Ferro, na sua dupla qualidade de secretário geral da Comissão e de director do Secretariado da Propaganda Nacional, a «Revista dos Centenários» será o instrumento de informação de que nos serviremos para dar a conhecer ao País o estado dos nossos trabalhos, a marcha das nossas iniciativas e a contribuição do nosso esforço para a realização do alto pensamento de Sua Ex.º o Presidente do Conselho.”, DANTAS, Júlio – “A «Revista dos Centenários””. DANTAS, Júlio – *Revista dos Centenários*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional dos Centenários, Secção de Propaganda e recepção. N.º 1, Ano I (31 de Janeiro de 1939) p. 1-2.

¹⁰ Cfr. Redacção, “Legislação-portarias da Presidência do Conselho”. *Revista dos Centenários*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional dos Centenários, Secção de Propaganda e recepção. N.º 1, Ano I (31 de Janeiro de 1939) p. 25-29.

¹¹ Cfr. DANTAS, Júlio – “Alocução aos portugueses”. DANTAS, Júlio – *Revista dos Centenários*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional dos Centenários, Secção de Propaganda e recepção. N.º 1, Ano I (31 de Janeiro de 1939) p. 15-18.

(...) Como tive a oportunidade de dizer há cerca de dois meses, o segundo período ou período imperial das comemorações é dominado por três grandes peças centrais, em volta das quais se agrupam todas as outras: Exposição do Mundo Português; Congresso do Mundo Português; Cortejo do Mundo Português. A Exposição, cujo modelo ainda há pouco admirámos, constitui a síntese plástica de oitocentos anos de vida de um povo cuja acção se projectou no Mundo. O Cortejo representa a Nação em marcha, préstito refulgente de armas, de cruces, de pálios, de coches, os estandartes, em que desfilarão os séculos e os heróis, e em que Portugal se verá passar a si próprio. O Congresso, enfim, revestido da dignidade augusta da História, é o texto magnífico que a Exposição ilustra por imagens fixas e o Cortejo por imagens móveis. (...) ¹².

A história torna-se um meio privilegiado para o conhecimento da Nação portuguesa mas induzindo uma lógica na qual o estudo do passado se subordina às necessidades do presente. Podemos assim detectar um “presentismo” historiográfico nesta concepção do Congresso do Mundo Português e, por extensão, das Comemorações do Duplo Centenário de 1940. Contudo, a história nacional tem uma necessária “repercussão internacional” pelo “interesse ecuménico de certos temas” o que introduz a questão da compatibilidade entre a História de Portugal, a História Universal e a História Regional.

A História de Portugal, a História Universal e a História Regional

A questão é transversal aos discursos de Júlio Dantas do ano de 1940, começando pelo “Discurso Inaugural das Comemorações Centenárias” de 2 de Junho desse ano ¹³. O problema da datação precisa do “nascimento” de Portugal obriga-o a uma primeira reflexão sobre a importância da história e da memória nacionais, partindo de uma citação de Paul Valéry: “Felizes os povos que não têm história” ¹⁴. Júlio Dantas contrapõe ao cepticismo pacifista do escritor o papel positivo da história nacional enquanto preservação de uma memória colectiva. A identidade entre a história e a

¹² “(...) Nele se estudará a Nação Portuguesa nas suas origens, na sua formação, na sua actividade, nas suas instituições, nas suas crises de crescimento e no esplendor da sua expansão imperial. Para ele me permito chamar a atenção dos historiadores portugueses e de todos os investigadores e estudiosos que se têm consagrado à história da Nação, pedindo-lhes que concorram com os seus trabalhos e com as suas luzes a este Congresso, sem dúvida, pela opulência da organização, pela vastidão da doutrina, pela variedade das questões, e, até, pela repercussão internacional que lhes assegura o interesse ecuménico de certos temas, um dos actos culturais mais notáveis que, em todos os tempos, se têm realizado no País. (...)”, DANTAS, Júlio – “O Congresso do Mundo Português”. DANTAS, Júlio – *Revista dos Centenários*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional dos Centenários, Secção de Propaganda e recepção. N.º 7, Ano I (31 de Julho de 1939) p. 12.

¹³ Cfr. DANTAS, Júlio – “Discurso Inaugural das Comemorações Centenárias. Pronunciado na Assembleia Nacional, em sessão solene, na noite de 2 de Junho de 1940”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 159-171.

¹⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p.168. Sobre a afirmação de Paul Valéry sobre a história consultar VALÉRY, Paul – *Mauvaises Pensées et Autres*. 10^e éd. Paris: Gallimard, 1942. p. 213. Paul Valéry (1871-1945) foi um escritor simbolista francês, membro e presidente do *Comité of Letters and Arts of the League des Nations* nos anos 30 do século XX. Grande impulsor da S.D.N. foi membro da Academia Francesa e da Academia das Ciências de Lisboa.

vida permite-lhe defender a construção de uma consciência nacional que não é uma simples recordação nostálgica do passado. Na verdade, a história, ou melhor dizendo a memória histórica está ao serviço do presente e, hipoteticamente, do futuro que se advinha. A relevância dada à História de Portugal não implica qualquer tipo de exclusivismo nacional, ou a recusa de integrar uma visão mais global inserindo-a na História Universal. O orador não considera ser possível isolar a primeira da segunda pelos serviços prestados por Portugal à Humanidade e à Civilização. Além disso, a importância das nações estrangeiras na evolução do país ao longo dos séculos não pode ser menosprezada e, portanto, não existe uma separação total entre as duas¹⁵

Segue-se uma descrição sintética do papel representado por todas as nações europeias na construção da Pátria portuguesa ao longo dos séculos, começando com o elogio da Santa Sé, seguindo-se-lhe a França devido ao facto dos reis da primeira dinastia serem de ascendência gaulesa. O momento fundacional de Portugal, na Idade Média, completa-se com a valorização da acção dos cruzados representando todas as nações europeias na definição do território nacional. De forma semelhante salienta-se a Espanha que partilhou a epopeia dos Descobrimentos nos séculos XV e XVI, ou os arqueiros e homens de armas da Inglaterra, no século XIV, auxiliando em Aljubarrota “a liberdade da Nação”. A Itália, através de Génova, Veneza e Nápoles, é elogiada pelo contributo para o desenvolvimento da ciência náutica. A Alemanha, a França e a Itália por nos terem transmitido os valores do Renascimento principalmente no campo artístico e universitário¹⁶. Contudo, o mais importante para Júlio Dantas consiste na comunhão medieval destas nações no seio de uma comunidade cristã medieval, verdadeira antecessora da Sociedade das Nações¹⁷. A recusa do isolamento nacional estende-se aos países novos que surgiram depois de Portugal, com destaque para a América Latina e em especial para o Brasil. Portugal e os portugueses têm uma ligação profunda devido à história comum que partilham e se perpetua na memória colectiva dos dois países¹⁸.

A História Universal não faz obliterar a história nacional, mas constituiu-se como um seu prolongamento onde a importância sai reforçada a nível global e mundial. Seja como for, a História de Portugal é a verdadeira musa inspiradora do Congresso e sempre presente, mesmo se de forma simbólica ou fantasmagórica¹⁹. Esta ideia encontra-se igualmente nas abordagens da História Regional nomeadamente no caso do Algarve. Júlio Dantas deslocou-se a Faro para inaugurar um monumento comemorativo da data em que se completou a unidade geográfica e política da Nação portuguesa; ou seja, o fim da Reconquista em território nacional em 1249, inserindo-se este acto no

¹⁵ “Não durámos; vivemos. Durante pelo menos um século de imperialismo dionísio e faustoso, prestámos alguns serviços à Humanidade e à Civilização. Mas nenhuma nação é apenas produto do seu próprio esforço. Se alguma coisa lhe deve o Mundo, também Portugal reconhece que, para ser o que foi e o que é, muito deveu, desde o berço da Monarquia, ao concurso das nações estrangeiras.” DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 169.

¹⁶ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 168.

¹⁷ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 169-170.

¹⁸ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 170-171.

¹⁹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 171.

processo mais vasto das celebrações de 1940²⁰. A especificidade regional não deixa de sobressair nas suas palavras ao relembra, seguindo o poeta simbolista Georges Rodenbach (1855-1898), a importância da fidelidade sentimental à pequena pátria provincial. Algo que o toca, como filho da terra, que não esqueceu as suas origens e traz o Algarve no coração²¹. A sua presença em Faro não se reduz apenas a uma viagem sentimental, mas ao desempenho de um acto institucional no âmbito das suas funções de Presidente da Comissão Executiva – a comemoração já referida da unidade do território português e da cristianização de Faro, elevada a cidade por D. João III, em 1540 e, ao mesmo tempo da valorização de outro marco fundamental da História de Portugal que começa em Sagres com o Infante D. Henrique: a expansão ultramarina²². Nesta perspectiva, o Algarve e os algarvios inserem-se nesta epopeia nacional pela acção dos seus habitantes que desfizeram a “lenda do Mar Tenebroso”, dobraram o Cabo da Boa Esperança e foram “os precursores da grande revolução geográfica” do fim século XV. Assim sendo, faz todo o sentido salientar a comunhão dos vivos com os mortos na partilha de um mesmo legado histórico. De igual modo, os heróis da reconquista e da expansão ultramarina, os cavaleiros e os navegadores, fundem-se no seio de uma epopeia comum²³.

A presença silenciosa das sombras dos antepassados ilustres dos algarvios (e dos portugueses) é uma referência tipicamente romântica que não implica só a celebração e a perpetuação das memórias do passado. O seu discurso sobre a História traduz uma outra dimensão, mais próxima do positivismo, bem visível na importância que dá ao culto da história na formação da “consciência colectiva” de um povo. A comemoração constante do passado garante a continuidade histórica da nação e torna possível a construção do futuro. Os povos incapazes de recordar estão condenados a desaparecer pois, ao quebrarem o laço afectivo entre os mortos e os vivos, perdem a sua “personalidade”, ou seja, a identidade própria que os torna únicos e lhes confere a energia necessária para se projectarem no futuro.²⁴

Esta perspectiva está igualmente presente no discurso que realiza na abertura do Congresso do Mundo Português de que era presidente a 1 de Julho de 1940. Sintomaticamente começa com a citação da nota oficiosa do presidente do Conselho, de 26 de Maio de 1938. Os objectivos do Congresso do Mundo Português implicam aliar o estudo da história nacional, a defesa da colonização portuguesa e a projecção internacional do país²⁵. O aspecto universal, ou melhor dizendo ecuménico da História

²⁰ Cfr. DANTAS, Júlio – “A Conquista do Algarve e a Unidade Territorial da Nação. Discurso proferido na cidade de Faro, em 14 de Junho de 1940, no acto de inauguração do monumento comemorativo da data em que se completou a unidade geográfica e política da Nação portuguesa”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 179.

²¹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 179-180.

²² Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 183-184.

²³ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 185.

²⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 185.

²⁵ Cfr. DANTAS, Júlio – “Discurso Inaugural do Congresso do Mundo Português. Pronunciado na Sala da Assembleia Nacional, na noite de 1 de Julho de 1940”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 187-188.

de Portugal está assim presente desde o início e corresponde a uma orientação específica de Oliveira Salazar. Tratava-se de legitimar, mais do que uma visão específica da história da nação, a defesa de um património colonial internacionalmente ameaçado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O orador valoriza o legado da história nacional, não só pelos serviços prestados por Portugal à Humanidade, mas também por ser um capítulo essencial da “história da Civilização”²⁶. Nesta perspectiva, não pretende defender uma investigação apaixonada e parcial da História de Portugal, mas sim uma abordagem centrada no “estudo objectivo dos factos”, no “esclarecimento dos problemas” e na “melhor definição das causas e das leis”²⁷. A sua preocupação é situar a investigação realizada por portugueses, brasileiros e estrangeiros dentro da concepção da História-Ciência.²⁸

A História-Ciência e a História Intuicionista

A defesa intransigente da história-ciência vai conduzi-lo a uma análise das diversas correntes historiográficas do século XIX e das primeiras décadas do século XX. O ponto de partida centra-se na crítica às correntes de pensamento que põem em causa a utilidade da história e às que a consideram um perigo para a paz mundial²⁹. Esta preocupação leva-o a uma reflexão sobre o que é a História, que tenta definir de forma objectiva, tendo como prioridade o “facto” e a “verdade” no conhecimento do passado:

Qualquer que seja a definição do conceito de história, e por grandes que se apresentem as divergências entre os historiadores, os filósofos e os sociólogos acerca da natureza, do objectivo, do conteúdo e dos métodos desta ciência, não pode contestar-se que o seu elemento fundamental é o «facto» – na tríplice expressão contingente, necessária e lógica –, e que, não só na investigação dos factos históricos, mas nas consequentes operações de síntese erudita e de síntese científica (dedução das leis), o historiador aspira, acima de tudo, ao conhecimento da verdade sobre os acontecimentos do passado humano.³⁰

Esta concepção pode identificar-se, até certo ponto, com uma visão positivista de Auguste Comte ou de Léon Bourdeau, pelo menos na referência à “dedução das

²⁶ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 190-191.

²⁷ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 191.

²⁸ “Da colaboração de portugueses, de brasileiros e de estrangeiros sobre materiais da nossa história, vão resultar decerto novas perspectivas, novas interpretações, pontos de vista novos; para nós, porventura, a consciência ainda mais perfeita da nossa acção civilizadora; para os estranhos – faço votos por que assim seja – o conhecimento mais íntimo do nosso passado histórico; para a História, como ciência, um passo mais naquele caminho luminoso a que Bernheim chamou «esplendor tranquilo da verdade»”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 191. Consultar também BERNHEIM, Ernest – *Introducción al Estudio de la Historia*. Traducción de la 3.ª edición alemana por Pascual Galindo Romeo. Con uno Apéndice bibliográfico por Rafael Martínez. Barcelona; Madrid; Buenos Aires; Rio de Janeiro: Editorial Labor, S.A., 1937. p. 7-16 e p. 47-58.

²⁹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 192.

³⁰ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 193.

leis”³¹. Contudo, a recusa de ultrapassar a dimensão específica do “facto” singular no conhecimento do passado afasta-o de uma perspectiva filosófica ou sociológica da história³². Júlio Dantas parece ter sido influenciado pela Escola Metódica francesa, e pelos trabalhos de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos³³. Isto não impede a eventual influência dos herdeiros de Leopold Ranke, como Ernest Bernheim ou Johann Gustav Droysen, cujo manuais os inspiraram³⁴. Não se pode excluir o possível contributo da *Revue de synthèse historique* de Henri Berr, embora não haja nenhuma referência explícita³⁵. O essencial joga-se aqui na recusa de uma visão artística ou literária da História tal como seria defendida, no primeiro caso por Benedetto Croce e, no segundo, por Thomas Carlyle³⁶. A apologia da história-ciência mantém-se mesmo se se reconhecerem as dificuldades de alcançar a verdade absoluta devido a factores diversos, como o posicionamento do observador, a sensibilidade e as paixões. O reconhecimento das limitações do investigador não o levam a remeter-se para uma visão céptica ou pessimista da história. Nesta perspectiva, o recurso ao método histórico compaginável com as concepções da Escola Metódica permitem-lhe alcançar uma verdade relativa³⁷. A fé absoluta na capacidade do historiador em alcançar a verdade

³¹ Cfr. BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé – *Les écoles historiques*. Paris: Éditions Seuil, 1983. p. 68-72 e p. 161-168.

³² Esta constatação não implica um desconhecimento por parte do orador da importância da sociologia. Aliás, não deixa de citar Émile Durkheim um pouco mais adiante neste texto embora tratando-se de um autor de raiz positivista. Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 195.

³³ Cfr. BOURDÉ, Guy; Martin, Hervé – *ob. cit.*, p. 137-170. Consultar igualmente CATROGA, Fernando – *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 57-79. Ver também MENDES, José Amado – “As influências historiográficas: os casos alemão e francês (as escolas «positivista» e «metódica»)”. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernandes – *História da História em Portugal séc.s XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 206-209.

³⁴ Cfr. LANGLOIS, CH-V.; SEIGNOBOS, Ch. – *Introduction aux Études Historiques*. 4^ª ed. Paris: Librairie Hachette, 1897, p. XI-XV.

³⁵ Cfr. REVEL, Jacques; “BERR, Henri”; GOFF, Jacques Le; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.) – *La Nouvelle Histoire*. Paris: C.E.P.L., 1978. p. 78-79.

³⁶ “Estabelecer ou restabelecer a verdade desses factos: eis o objectivo essencial da história, que não é uma arte (Benedito Croce), nem um género literário (Carlyle), mas uma ciência. Bem sei que nada existe de absoluto, nem sequer a verdade, e que acerca do mesmo facto – até quando passado no nosso tempo – se produzem tantas versões, ou sejam tantas «verdades», quantos são os observadores, não só porque os aspectos mudam conforme a posição em que esses observadores se colocam, mas porque cada um possui a sua sensibilidade, a sua visão especial, e, sobretudo, porque as paixões são inevitavelmente deformadoras dos acontecimentos.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 193. Sobre as concepções da história de Benedetto Croce ver: WHITE, Hayden – *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1990. p. 375-425. Consultar igualmente CROCE, Benedetto – *Teoria e Storia della Storiografia*. Bari: Gius. Laterza & Figli, 1917. Sobre as concepções da história de Thomas Carlyle consultar LEFEBVRE, Georges – *O Nascimento da Historiografia*. Lisboa: Sá da Costa editora, 1981. p. 282-287. Ver também CARLYLE, Thomas – *Past and Present*. London; Glasgow: Collin's Clear, 1939 e do mesmo autor : *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History*. Cambridge: At the University Press, 1924.

³⁷ “Mas, por isso mesmo, ao historiador compete, pelos meios de que dispõe, pesquisar a exactidão dos factos até ao ponto que ela pode ser cientificamente verificada, acompanhando de provas as suas afirmações,

dos factos e o conhecimento do passado baseia-se em boa parte na comprovação documental ou heurística. A valorização dos acervos documentais não resulta só da sua identificação com a Escola Metódica, mas é também o produto da actividade de Júlio Dantas à frente dos Arquivos Nacionais na Primeira República³⁸.

Assim sendo, compreende-se a sua rejeição das correntes defensoras de uma “História Intuicionista” onde predominariam as concepções estéticas e subjectivas; categoria em que inclui autores tão diversos como o filósofo francês Henri Bergson³⁹, o historiador Johann Gustav Droysen⁴⁰ e os historiadores e arquivistas Julius Kaerst e Johann Adolph Goldfriederich todos alemães⁴¹. O principal visado pelas suas críticas é Julius Kaerst por recusar a concepção de Charles-Victor Langlois do historiador como «erudito-repórter» em prol de uma evocação do passado através da «intuição viva»⁴². Contudo, o orador não assume um posição intransigente face às concepções historiográficas destes autores pois reconhece que não recusam, em última instância, a busca da “verdade” histórica. Embora seja certo que recorrem à “percepção estética” para preencherem, de forma ficcional, “as lacunas da documentação”. A verdade no conhecimento do passado continua a ser o seu objectivo e, nesse sentido, a “história intuicionista” não deixa de ser história pois permanece “desinteressada”, ou seja, recusa

apresentando todas as dúvidas que lhe suscite a heurística dos documentos, não desprezando pormenores que ulteriores interpretações possam utilizar, e – acima de tudo – não se desviando do espírito de rigorosa objectividade que deve presidir a todas as operações da história. Exactamente porque a determinação da verdade é difícil, ela deve constituir a preocupação absorvente e desinteressada do historiador.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 193-194.

³⁸ Cfr. IRIA, Alberto – “Júlio Dantas e a Historiografia”. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1977. Classe de Letras, T. XVIII, p. 275-278.

³⁹ O filósofo espiritualista Henri Bergson (1859-1941) teve uma grande divulgação em Portugal nas primeiras décadas do século XX. sobretudo devido à sua teorização da intuição que foi entendida no sentido de uma desvalorização da ciência no processo do conhecimento. Influenciou a intelectualidade lusa da Primeira República (1910-1926) e particularmente a *Renascença Portuguesa*. Um dos membros deste movimento escreveu mesmo um livro sobre a filosofia bergsonina: COIMBRA, Leonardo – *A Filosofia de Henri Bergson*. [Porto]: Renascença Portuguesa, 1932. Consultar sobre esta questão RAMOS, Rui – “A Segunda Fundação (1890-1926)”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. Vol. 6, p. 529-536.

⁴⁰ Johann Gustav Droysen (1808-1884) foi um historiador alemão da escola prussiana herdeira do método erudito de Leopold Ranke sendo um dos criadores da hermenêutica histórica alemã do século XIX. Valorizou uma abordagem contrária ao “objectivismo” de Leopold Ranke e em prol da “interpretação” como um princípio da hermenêutica. Consultar sobre este autor: WHITE, Hayden – *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1990. p. 83-103 e também MUHLACK, Ulrich; DROYSSEN Johann Gustav – “«Historik» et Herméneutique”. In LAKS, André; NESCHKE-HENTSCHKE, Ada (ed.) – *La Naissance du Paradigme Herméneutique: Schleiermacher, Humboldt, Boeckh, Droysen*. Lille: Presses Universitaires, 1991. p. 358-380.

⁴¹ Julius Kaerst (1857-1930) era um idealista e um helenista alemão autor da “Geschichte des Hellenismus” (História do Helenismo de 1927) e discípulo do filósofo idealista e prémio Nobel Rudolf Eucken (1846-1926). Johann Adolph Goldfriedrich (1870-1945) arquivista alemão, especializado no estudo do comércio dos livros e autor de obras sobre este tema.

⁴² Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 194.

colocar-se ao serviço de um ideal, ou causa política, assumindo, dentro da tradição da Escola Metódica, a neutralidade política⁴³.

Nacionalistas e Internacionalistas

As preocupações de Júlio Dantas não se limitam a esta reflexão sobre as concepções da história tal como foram formuladas pelos historiadores do século XIX e inícios do século XX. Centra-se também na emergência mais recente (nos últimos 30 ou 40 anos) de novas tendências que considera serem um desvirtuamento político da história. A recusa de uma história “engagée” começa pela crítica dos que a consideram inútil para a vida – os “pragmatistas” – e daqueles que a veem como um perigo para as relações pacíficas entre os povos⁴⁴. Nesta perspectiva ataca, sem os nomear Friedrich Nietzsche e Paul Valéry, um identificável com o nacionalismo da época e o outro com o pacifismo incondicional da S.D.N.⁴⁵. Contudo, o seu alvo principal é a concepção prática, pragmática, utilitária, pedagógica e política, da história, onde predomina uma visão “presentista” no conhecimento do passado. Nesta categoria agrupa mais uma vez um conjunto eclético de pensadores, como o historiador italiano Pasquale Villari (1827-1917), o sindicalista revolucionário Georges Sorel (1847-1922) e o filósofo francês Frédéric Rauh (1861-1909)⁴⁶. O orador não excluiu o valor pedagógico e educativo da história na preservação do “património étnico e histórico” nacional. Não hesita, aliás, em recorrer à concepção da “memória colectiva e espontânea dos povos”, do sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), para justificar a defesa de um patriotismo moderado⁴⁷. Algo essencial no momento em que se realizam as Comemorações Centenárias de que

⁴³ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 194.

⁴⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 192. Consultar também Bernheim, Ernest, *Introducción al Estudio de la Historia*, Barcelona, Madrid, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Editorial Labor, S.A., 1937. Traducción de la 3ª edición alemana por Pascual Galindo Romeo. Con uno Apéndice bibliográfico por Rafael Martínez, p. 17-18.

⁴⁵ Cfr. Dantas, Júlio – *ob. cit.*, p. 192.

⁴⁶ “Nos últimos trinta ou quarenta anos, porém temos assistido à formação de novas correntes que, tornando a história interessada e tendenciosa, procuram desviá-la da sua função. Quero referir-me à história prática, pragmática, pedagógica e política. Dentro destas concepções, o historiador, no propósito de «ligar o passado ao presente» (Villari), de «tornar a história praticamente útil» (Sorel), de «converter o momento actual em centro de perspectiva da história», (Rauh), afasta-se dos princípios científicos que devem reger esta forma de conhecimento, e realiza, conscientemente, obra de deturpação.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 195. Pasquale Villari historiador italiano preocupado nos seus livros em contribuir para a formação do carácter moral político do seu país. Ver a este propósito VILLARI, Pasquale – *Les Invasions Barbariche in Italia di...* 4.ª ed. Milano: Ulricho Hoepli, Editore Librario della Real Casa, 1928. p. IX-XIV. Georges Sorel defensor da acção directa e ad utilização da violência pela classe operária para alcançar o poder. Consultar também CHARZAT, Michel – *Georges Sorel e a Revolução do Século XX*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977. Frédéric Rauh filósofo francês defensor da possibilidade de existência uma moral positiva e científica entre a sociologia e metafísica dos costumes e conhecido *dreyfusard*. Consultar também DEREGIBULUS, Arturo – *Frédéric Rauh: Esperienza e moralità*. Torino: Giappichelli, 1976.

⁴⁷ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 195. David Émile Durkheim sociólogo de formação positivista foi um dos fundadores da sociologia moderna e abordou este tema na *Divisão Social do Trabalho* (1893) e nas *Regras do Método Sociológico* (1895). Consultar sobre esta questão GIDDENS, Anthony – *Capitalismo e*

é, sem dúvida um dos principais artífices. A relativa tolerância, face a esta função da história-memória, não inclui “subordinar o conhecimento do passado às necessidades práticas do presente”. Ou seja, o “presentismo” historiográfico é liminarmente recusado por Júlio Dantas e, portanto, não pode ser considerado uma vertente específica da sua concepção da história. Aliás, os seus ataques a Friederich Nietzsche e aos seus seguidores pela contestação da história-ciência, e a instrumentalização do conhecimento do passado, são disso um claro testemunho⁴⁸.

O problema central continua a ser a manipulação da história, devido às necessidades políticas do presente, o que vai destruir completamente a história-ciência. Nestas circunstâncias, compreende-se que regresse de novo à crítica ao “internacionalismo pacifista” e ao nacionalismo exacerbado tendo como ponto de partida o “internacionalismo pacifista”, por propugnar uma história didáctica que desvirtua o objectivo fundamental do conhecimento do passado – a obtenção da verdade. O orador identifica-o com os esforços da S.D.N. para expurgar os manuais escolares de todos os elementos que pudessem suscitar o ódio entre as nações e em prol de um «desarmamento moral» dos povos⁴⁹. O facto essencial para Júlio Dantas continua a ser a falta de cientificidade desta “história pedagógica”, tornada numa «história pacifista», com o risco de alterar radicalmente a própria ideia de história, ao substituir os acontecimentos políticos e religiosos nacionais pelos grandes movimentos e tendências transnacionais na ordem política, económica e cultural. Ao procurar anular as especificidades nacionais confunde o objecto da história com o da sociologia⁵⁰

Observações compreensíveis, mas um tanto extraordinárias, para quem uns anos antes em 1933 participou no quadro da S.D.N. ao lado de escritores como Paul Valéry, Augustin Calvet e Garcia Morente, numa conferência internacional sobre o futuro da cultura. Proferiu então uma conferência intitulada o “Espírito Europeu”, onde defendia uma aproximação pacífica entre todas as nações da Europa e o papel dos intelectuais

Moderna Teoria Social. Uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber. Lisboa: Editorial Presença, 1976. p. 123-200.

⁴⁸ “Mas as correntes utilitárias a que me refiro, provenientes, em grande parte, da filosofia nietzschiana (para Nietzsche a história-ciência não existe), vão mais longe: procuram colocar a história ao serviço de determinadas ideias, de determinados sistemas e de determinada orientação política, isto é, subordinar o conhecimento do passado às necessidades práticas do presente, na medida em que essa deformação pragmática convenha aos mitos e às místicas político-sociais contemporâneas. Em tais condições, naturalmente, a história deixa de ser ciência; a história já não é história.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 195-196. Sobre a problemática “presentista” nesta época na perspectiva de Benedetto Croce consultar SHAFF, Adam – *História e Verdade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. p. 99-108. Sobre a aparente recusa de Friederich Nietzsche da história como ciência consultar: NIETZSCHE, Friederich – *Considerações intempestivas*. Tradução de Lemos de Azevedo. Lisboa: Editorial Presença-Livraria Martins Fontes, 1976. p. 101-205. Para uma perspectiva moderna que contesta esta ideia préconcebida das suas concepções historiográficas ver BROBJER, Thomas H. – “Nietzsche’s Relation to Historical Methods and Nineteenth-Century German Historiography”. *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*. Middletown: Wesleyan University. Vol. 46, N.º 2 (May 2007) p. 155-179.

⁴⁹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 196. Consultar sobre o desarmamento moral e os movimentos pacifistas ligados à S.D.N.: LUCHAISE, Julien – *Le Désarmement Moral*. Paris: Librairie Valois, 1932.

⁵⁰ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 196-197.

nesse processo⁵¹. É possível que se trate de um realinhamento episódico com uma certa visão do Estado Novo das relações internacionais. Com efeito, Júlio Dantas nos anos 50 regressou ou retomou as suas perspectivas pacifistas, fazendo inclusive o elogio apaixonado de Thomas Mann e do seu dramático apelo na Conferência de Nice em 1935 em prol dos valores espirituais⁵².

Seja com for, o internacionalismo pacifista sendo considerado a ameaça mais importante e mais radical ao primado da história-ciência não é a única. Na sua perspectiva, os nacionalismos são também um perigo para a objectividade histórica, quer se trate da opinião do filósofo francês Frédéric Rauh, quer da de dois filósofos alemães: Friederich Nietzsche e Rudolph Christoph Eucken (1846-1926). Júlio Dantas considera negativa a visão da história que instrumentaliza o conhecimento do passado em função das necessidades políticas do presente. Este “presentismo” nacionalista é passível de fortes críticas pelo desvirtuamento ideológico da verdade histórica em nome da exaltação do “orgulho pátrio”, do “direito à existência” das nações, ou ainda como força dinâmica capaz de mobilizar “os povos para altos destinos”. As concessões ao patriotismo/nacionalismo são óbvias ao considerá-la mais respeitável por preservar a unidade e prestígio das nações. Apesar disso, não pode também aceitar a confusão entre o domínio político e moral do patriotismo e o domínio científico da história⁵³.

A Justiça da História

O objectivo imediato deste discurso é a identificação com uma história científica, erudita e metódica, na qual a “análise erudita” e a “síntese histórica” estão sempre presentes. A afirmação da imparcialidade científica deste congresso permite credibilizar as investigações realizadas por portugueses e estrangeiros e assegurar, ao mesmo tempo, a sua projecção internacional⁵⁴. Todavia, a neutralidade científica não parece ser o

⁵¹ Cfr. DANTAS, Júlio – “O Espírito Europeu. Discurso proferido no dia 16 de Outubro de 1933, no Palais Royal, na solenidade inaugural da Conferência Internacional de Paris, em que se versou o problema da unidade moral da Europa.”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. Consultar também VALÉRY, Paul; CALVET, Augustin; DANTAS, Júlio; MORENTE, Garcia – *L’Avenir de la Culture*. Paris: Edição da Sociedade das Nações, 1933.

⁵² “(...) Engano. Nunca, como hoje, foi tão necessário restaurar os grandes valores do espírito, que Thomas Mann, no seu dramático apelo de Conferência de Nice (1935), considerou indispensáveis à permanência da dignidade humana. (...)”, DANTAS, Júlio – “António de Macedo Papança”, [Discurso proferido na sessão solene comemorativa do centenário do nascimento do Poeta, realizada na grande sala da Academia das Ciências, de Lisboa, em 9 de Maio de 1953 sobre a presidência do Prof. Caeiro da Mata]. In DANTAS, Júlio – *Tribuna, Discursos sobre os Homens, as Ideias e os Acontecimentos*. Lisboa: Bertrand, 1960. p. 106.

⁵³ “Entretanto, os nacionalismos exacerbados manifestavam-se em sentido contrário, enunciando o princípio de que a história nacional deve servir antes de tudo a nação, exaltar o orgulho pátrio, constituir a armadura moral indispensável aos povos que proclamam no Mundo o direito à existência. A «história-ciência lança sobre as nações a sombra da Morte», afirmou Frederico Rauh; a verdadeira história, activa, eloquente, condutora, patética, é aquela que converte o passado em estímulo do presente, e que, pelo seu poder dinâmico («dionisíaco», disse Nietzsche; «activista», disse Eucken), arrasta os povos para altos destinos.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 197.

⁵⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 198.

objectivo final de Júlio Dantas e do Congresso do Mundo Português. A investigação histórica serve para fazer justiça a Portugal num momento extremamente difícil para a “civilização ocidental”, com a qual se identifica e para a qual contribuiu no passado⁵⁵. A confiança na sobrevivência dos “valores morais da civilização ocidental”, no momento em que decorre a Segunda Guerra Mundial, reside na “grande Metrópole universal do Espírito”. Estabelece, assim, continuidade com as suas concepções dos anos 30 do “Espírito Europeu” e a associação fraternal dos intelectuais europeus⁵⁶. A parte final deste discurso revela uma concepção plenamente positivista no seu apelo à “fraternidade humana”, ao sentimento da piedade e da justiça”, ao “culto da verdade eterna” e da “ciência imortal”. Identifica-se com o humanismo espiritualista e o cientismo dominante na sua formação e na sua vida como médico, militar e homem de letras. Contudo, a reivindicação da “justiça da história” para Portugal tem de ser justificada através de uma reflexão sobre o passado da nação portuguesa, vista numa relação dinâmica e complementar com outras nações.

Neste sentido, é importante analisar os três discursos que abordaram a amizade ibérica entre Portugal e Espanha, a fraternidade luso-brasileira e o papel destacado de diplomatas e de juristas na Restauração de 1640. No discurso proferido a 30 de Outubro de 1940 está preocupado em fazer a ponte entre o passado e o presente peninsulares, em torno de um tema capaz de unir numa mesma amizade Portugal e a Espanha: a defesa da Espanha cristã. Nesta perspectiva era importante lembrar o espírito de cruzada do passado medieval comum, (reactivado ainda recentemente pela guerra civil espanhola e a participação dos “viriatos”) através das batalhas decisivas do passado. Com efeito, Navas de Tolosa (1212) e Salado (1340) foram vitórias partilhadas contra os estados islâmicos peninsulares e do Norte de África⁵⁷. Na verdade, o objectivo fundamental de Júlio Dantas consiste em estabelecer uma relação de solidariedade assente na identidade civilizacional da “Latinidade ibérica” embora afirmando a total independência das duas nações. Evitava-se assim ferir as susceptibilidades espanholas, lembrando a guerra da Restauração e, ao mesmo tempo, marcavam-se as distâncias face a qualquer tentativa hegemónica de Franco num momento crítico da Segunda Guerra Mundial. Compreende-se o apelo à ligação entre os dois povos, forjada na História que se torna uma lição a reter por todos no presente, para além das afinidades da raça, da religião e da língua⁵⁸. Afirmações aparentemente em total contradição

⁵⁵ “A história, sendo uma ciência, é também uma justiça, essa justiça tem de exercer-se com a serena dignidade de todas as magistraturas. Quis o destino que nos encontrássemos reunidos na hora dramática em que se joga o futuro do velho Continente. Curvando-me, com profundo respeito, perante tudo quanto esta hora representa de sacrifício e de dor para a humanidade, não posso deixar de acentuar que a realização de um Congresso desta natureza nas circunstâncias presentes constitui uma acto de serenidade, de confiança, de acrisolada fé no universo de valores morais da civilização ocidental, cujo fulgor, sejam quais forem as vicissitudes da história, jamais se apagará no Mundo.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 198-199.

⁵⁶ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 199.

⁵⁷ Cfr. DANTAS, Júlio – “O Esforço Português na Defesa da Espanha Cristã. Discurso pronunciado no Templo de Diana, de Évora, em 30 de Outubro de 1940, no acto internacional comemorativo da batalha do Salado”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 202-203.

⁵⁸ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 203-204.

com a recusa de um “presentismo” histórico de carácter ideológico e/ou político. A amizade peninsular revela-se indissociável dos “afectos” partilhados entre os dois povos, das “memórias vivas” e da história na qual “palpita uma só alma”. Assim sendo, comemorar a batalha do Salado é defender a “civilização peninsular, latina e cristã” que partilhou com Portugal a “missão de dilatar a fé” e de “tornar maior o Mundo” nos Descobrimentos⁵⁹.

As relações luso-brasileiras assumem também um papel destacado no Congresso do Mundo Português, onde lhes é reservado o Congresso Luso-Brasileiro de História. Pronuncia então o discurso inaugural de 11 de Novembro de 1940 que se inicia sintomaticamente com a referência a José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos fundadores luso-brasileiros da Academia das Ciências e patriarca da independência do Brasil⁶⁰. Afirma-se a continuidade entre o acordo linguístico luso-brasileiro (assinado dez anos antes) e a investigação no campo da história comum aos dois países⁶¹. A participação, tão desejada, dos historiadores não pode ser assegurada oficialmente devido às hostilidades da Segunda Guerra Mundial, mas de facto, por razões de política interna que levaram o governo de Getúlio Vargas a dificultar a vinda a Portugal de alguns desses elementos⁶². A aproximação política e cultural ao Brasil é um processo que o Estado Novo herdou da Primeira República, mas que levou a cabo e consolidou nos anos 40 e 50. Na conjuntura da Segunda Guerra Mundial o Brasil era uma carta essencial, não só na segurança do Atlântico Sul e das colónias portuguesas, mas igualmente na “negociação”, ou aproximação aos Estados Unidos. Seja como for, dentro da estratégia geral da política externa portuguesa, o Brasil de Getúlio Vargas, onde existia uma das maiores colónias portuguesas, pesava de forma decisiva para o regime. Assim sendo, é compreensível o esforço para obter um entendimento entre investigadores portugueses e brasileiros, em torno dos grandes temas da história comum, mas salvaguardando sempre a “objectividade”, ou seja, a história-ciência⁶³. Procura-se construir um consenso mínimo entre a historiografia dos dois países e aproveitar em conjunto os recursos das bibliotecas e dos arquivos disponíveis de ambos os lados do Atlântico. Na prática implicava valorizar o acervo documental português e torná-lo uma fonte indispensável para o conhecimento do passado colonial do Brasil. O acordo das principais instituições culturais do Brasil, ou seja, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras foi fundamental em todo este processo⁶⁴.

⁵⁹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 206-207.

⁶⁰ “Inaugura-se hoje, solenemente, nesta Academia de que José Bonifácio de Andrada e Silva – patriarca da independência do Brasil – foi um dos insígnos ornamentos, o Congresso luso-brasileiro de história, integrado no sistema de congressos do Mundo Português, a que presido.”, DANTAS, Júlio – “Discurso inaugural do Congresso Luso-Brasileiro de História. Pronunciado na Sala da Assembleia Nacional, na noite de 11 de Novembro de 1940”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 209.

⁶¹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 209-210.

⁶² Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 210-211.

⁶³ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 212.

⁶⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 212.

A colaboração entre as instituições e os historiadores dos dois lados do Atlântico não implica uma uniformidade absoluta de pontos de vista. A “consciência colectiva de cada povo” produz perspectivas diferentes que revelam as fragilidades da história pedagógica e pragmática de cada país. A única alternativa credível consistia em utilizar os métodos de investigação, baseados na pesquisa documental, para se chegar às “operações de síntese” e às “interpretações convergentes”.⁶⁵ A harmonização de pontos de vista é um desejo, ou um sonho que não se acredita poder materializar em tão pouco tempo. O objectivo do Congresso do Mundo Português é, ao mesmo tempo, mais modesto e mais ambicioso. Mais modesto porque pretende apenas estabelecer um programa, definir um método, tomar uma posição que possa servir de modelo para um relacionamento futuro. Mais ambicioso porque pretende propiciar o convívio dos intelectuais portugueses e brasileiros para esclarecer factos controversos, mas sobretudo para fortalecer a “amizade actual” e o entendimento futuro dos dois povos. Atitude que reflecte uma preocupação política evidente que contradiz a aparente crítica anteriormente feita à história pedagógica e pragmática⁶⁶.

A utilidade prática da história numa perspectiva “presentista” leva-o a pôr em causa as concepções do historiador romeno A. D. Xenopol (1847-1920), em defesa da história como «ciência do mundo sucessivo». Na verdade, valoriza, paradoxalmente e de novo, os “sentimentos colectivos tradicionais” o que, além de o colocar na senda de Émile Durkheim, parece ser uma concessão óbvia às concepções nacionalistas de Friederich Nietzsche e Rudolph Christoph Eucken que tanto criticou⁶⁷. O fundamental continua a jogar-se na busca de um consenso com os investigadores brasileiros em torno da história comum. A posição portuguesa é “de puro desinteresse nacional” e assente na recusa da exaltação “unilateral e exclusivista” de carácter nacionalista. Na verdade, a objectividade fundamentada por “fontes históricas irrecusáveis” é o único caminho que as autoridades promotoras do Congresso desejam seguir. Os portugueses não têm qualquer problema em dar prioridade às “glórias do Brasil” sobre as nacionais. A análise científica passa à frente de qualquer orgulho patriótico e, portanto, não teme admitir os eventuais erros que não podem de forma alguma manchar uma “obra demasiado grande no Mundo”⁶⁸. Estes factos não o impedem de defender um certo relativismo histórico na apreciação dos factos do passado, a meio caminho entre uma “generosa benevolência” e uma “excessiva severidade”. Considera ser incorrecto projectar sobre o passado as ideias do presente, imbuídas de uma mentalidade contemporânea e totalmente diferentes das da época. Este procedimento distorceria a realidade histórica, tornando

⁶⁵ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 212-213.

⁶⁶ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 213-214.

⁶⁷ “Embora a história seja uma ciência – a ciência do mundo sucessivo», na expressão de Xenopol –, temos de reconhecer o seu valor prático na vida das nações, e ninguém ignora que os grandes movimentos de aproximação dos povos se devem menos à consideração dos interesses imediatos de ordem económica e política, do que às imperiosas linhas de força dos sentimentos colectivos tradicionais, que se geram no caos confuso e fecundo da História.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 214. Consultar sobre este autor ZUB, Al; FRIEDMANN, Manole – *L’Historiographie roumaine à l’Âge de la Synthèse*. Bucarest: Ed. Stiitifica si Enciclopedia, 1983.

⁶⁸ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 214.

impossível a sua adequada interpretação e, conseqüentemente, impedindo o triunfo da “justiça da História”. Ou seja, numa linha intermédia entre “a benevolência e a severidade” existiria espaço para um reconhecimento dos aspectos positivos da história nacional, sem pôr em causa a objectividade histórica⁶⁹

A preocupação fundamental continua a ser a obtenção de um veredicto favorável sobre a colonização portuguesa, naquilo que poderíamos considerar ser o “Tribunal da História”. A argumentação a favor da causa nacional tinha um fundamento decisivo na existência do Brasil que não se desagregou como a antiga América espanhola⁷⁰. A aliança luso-brasileira justifica plenamente o esforço de cooperação entre as duas nações em nome de uma investigação histórica científica. Contudo, reafirma contraditoriamente a prioridade do presente sobre o passado, com a ajuda das afirmações “presentistas” do filósofo Frederico Rauh⁷¹. A ideia de uma continuidade histórica assenta, não só na concepção da perenidade das nações, mas igualmente numa visão que remonta a Auguste Comte. A Humanidade constitui uma entidade transcendental formada pelos vivos e mortos estreitamente unidos, solidários, que se perpetua no tempo e no espaço. Esta ideia está presente na identificação de portugueses e de brasileiros nascidos da mesma “Raça ardente” e possuindo a “mesma fé”. O reviver comum do passado permitirá também operar uma “síntese da formação social, da evolução política” e da “estrutura económica brasileira”⁷². O final do discurso conclui com um apelo ao Brasil “povo amigo e pátria imortal” mas sobretudo à ligação entre ciência e política. Relação anteriormente negada mas agora implicitamente aceite juntamente com a evocação do passado e a construção do futuro⁷³.

A perspectiva histórica dominante na visão do passado nacional estará também presente no discurso pronunciado na Academia das Ciências a 28 de Novembro de 1940 e intitulada “Os Diplomatas e os Jurisconsultos da Restauração”. Neste texto destinado a apresentar as conferências de Rui Ulrich e de Cunha Gonçalves sobre o tema, estabelece de novo, uma estreita relação entre o passado e o presente. O elemento dinâmico desta continuidade histórica está na relação entre a intelectualidade da Restauração e a intelectualidade contemporânea⁷⁴. O reconhecimento da sua importância permite-lhe fazer o elogio dos “homens necessários” “nas horas de crise”, numa clara referência à ideia do homem providencial e às dificuldades produzidas pela Segunda

⁶⁹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 214-215.

⁷⁰ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 215.

⁷¹ “Neste período de isenção e de desinteresse colaboraremos. Ao declarar inaugurado o Congresso luso-brasileiro de história, faço votos pelo êxito dos trabalhos que vão iniciar-se, de incontestável valor para a História como ciência, de transcendentais conseqüências no que respeita às relações políticas das duas Nações irmãs. O centro de perspectiva da História – disse-o, com perfeita lucidez, Frederico Rauh – não está no passado que se extingue, mas no presente que perpetuamente recomeça.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 216.

⁷² Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 216.

⁷³ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 216-217.

⁷⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – “Os Diplomatas e os Jurisconsultos da Restauração. Discurso pronunciado na Sala Nobre da Academia das Ciências, em sessão solene, na noite de 28 de Novembro de 1940”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 219-220.

Guerra Mundial⁷⁵. O elogio dos diplomatas e juristas foi facilitado pelo suporte teórico do direito internacional público nascente que com Hugo Grotius se impunha progressivamente a todos os países. Estava-se nos antípodas da situação presente onde a “diplomacia de cristal de Genebra” falhara completamente demonstrando ser demasiado “transparente” e “frágil” para ser eficaz⁷⁶. Júlio Dantas teme pela diplomacia e pelo direito, na época contemporânea, devido às incertezas dos resultados da Segunda Guerra Mundial, ao referir-se às “novas concepções da política internacional”, ou ao risco do direito regredir para “formas institucionais primitivas”. O receio da degradação do direito e o colapso da ordem internacional ameaça os povos como, no passado, a queda do direito romano com a ruína de Roma mostrou ter um efeito desastroso para a humanidade. Assim sendo, o recurso ao passado é essencial, como inspiração face às dificuldades do presente⁷⁷.

Esta ideia repete-se de outra forma no Discurso de Encerramento das Comemorações, no dia 2 de Dezembro de 1940. O orador começa exactamente por fazer uma referência clara à “herança de oito séculos de tradições”, à “consciência do passado” e à “história da Civilização”⁷⁸. A actividade das Comemorações Centenárias pode também explicar-se pela necessidade de garantir o direito à vida de Portugal. Júlio Dantas salienta este facto associando-o ao momento quase mágico em que se iniciou a exposição, sob a égide do homem providencial, ou seja, de Oliveira Salazar⁷⁹. Consequentemente, refere o elogio à colaboração das nações amigas, apesar da guerra, com especial destaque para a Espanha e o Brasil⁸⁰. Neste processo se insere de novo o tema do julgamento da história, embora reconheça que não passou tempo suficiente capaz de garantir um distanciamento que permita avaliar a importância deste esforço civilizacional⁸¹. Assim sendo, o juízo definitivo fica a cargo das gerações futuras que realizarão os próximos centenários⁸². A ideia da justiça da história é um tema ao qual regressará anos mais tarde, em 1949, no IV Congresso de História Nacional do Brasil ao citar o historiador francês; o marquês de Vogué. Mais uma vez corrigirá esta afirmação com o recurso à concepção da história-ciência à maneira de Ernest Bernheim⁸³. Júlio Dantas está

⁷⁵ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 221.

⁷⁶ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 224-225.

⁷⁷ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 224-225.

⁷⁸ Cfr. DANTAS, Júlio – “Discurso de Encerramento das Comemorações. Pronunciada na sala da Assembleia Nacional, em sessão solene, no dia de 2 de Dezembro de 1940. In *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 228-229.

⁷⁹ Cfr. DANTAS, Júlio, *ob. cit.*, p. 231.

⁸⁰ Cfr. DANTAS, Júlio, *ob. cit.*, p. 233.

⁸¹ Cfr. DANTAS, Júlio, *ob. cit.*, p. 233-234.

⁸² “Ao acolher-se à sombra, a que regressam, um só voto formulam, um só pensamento os acompanha: quando a cinza da morte cobrir as gerações, e mais um século tiver passado sobre esta hora, – que os portugueses do ano 2004, homens do nono centenário, cumpram o seu dever como nós o cumprimos e amem a sua terra como nós a amámos !”, DANTAS, Júlio, *ob. cit.*, p. 234.

⁸³ “*L’histoire est une science; mais elle est aussi une justice*” – disse o marquês de Vogué. A história pragmática, pedagógica e política comete com frequência erros de apreciação e de valor, que passam de

ciente da continuidade entre o actual Congresso e o anterior Congresso do Mundo Português em 1940, nesta questão da “justiça da história”⁸⁴. Finaliza o seu discurso ao valorizar a relevância da “lição da História na vida dos povos” e defendendo a estreita relação entre “a alma do Passado” e a “a alma do Futuro”⁸⁵. O ciclo iniciado aproximadamente dez anos antes encerrava-se, permanecendo a contradição entre a defesa da história-ciência e a cedência aos imperativos políticos do Estado Novo no campo historiográfico⁸⁶.

textos para textos, de gerações para gerações, e que é preciso corrigir uma dia pelo exame sereno e objectivo dos fatos, não apenas em homenagem aquilo a que Bernheim chamou o “esplendor da verdade”, mas como preito à justiça, que não se nega aos vivos e que, com maior razão, se não deve negar aos mortos. Um Congresso de história tem, ao mesmo tempo, a opulência de um claustro universitário e a majestade de um tribunal supremo. Não se limita a criar ciência; julga os homens e os povos; revê sentenças iníquas, retifica juízos errados.”, A.A.V.V. – *Anais [do] IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1950-1952. p. 47. Melchior, marquês de Vogüé, (1829-1916) historiador francês responsável por diversas escavações na Palestina e na Síria e membro da Academia das Inscrições e da Academia Francesa.

⁸⁴ A.A.V.V. – *Anais [do] IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1950-1952. p. 47-48. Sobre este Congresso e a participação portuguesa consultar: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal – “Echoes of the ‘politics of the spirit’ at the Brazilian Historical and Geographical Institute: Salazar’s representatives at the 4th National History Congress”. FONSECA, Luís Adão da; ALMEIDA, T. Onésimo; PINTO, António Costa; CARDOSO, José Luís, CUNHA, Mafalda Soares da (eds.) – *e-JPH*. Porto: Univeristy of Porto; Providence: Brown University. Vol. 4, N.º 2 (Winter 2006) p. 1-17.

⁸⁵ “Vai realizar-se o IV Congresso de História Nacional. O meu país acompanha, com simpatia e com interesse, os trabalhos que hoje tão auspiciosamente começam. Todos nós sabemos quanto vale a lição da História na vida dos povos. “É preciso que a alma do Futuro entenda a do Passado”, – disse um dos maiores estadistas brasileiros do nosso tempo. É sobre a alma do Passado – alma heróica e deslumbrante – que vão abrir-se as pesadas portas que a separam da Vida. Glória aos homens que fizeram a história do Brasil! Glória aos historiadores, – que a eternizaram!”, A.A.V.V. – *Anais [do] IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1950-1952. p. 51.

⁸⁶ O “presentismo” do fascismo italiano nomeadamente de Giovanni Gentile (1875-1944) era conhecido em Portugal e possivelmente influenciou outros elementos do Estado Novo. No entanto, Júlio Dantas não parece ter sido sensível a esta abordagem historiográfica embora pontualmente se encontrem no período do Duplo Centenário paralelismos motivados pelos aspectos mais propagandísticos das Comemorações. Sobre esta questão consultar FOGU, Caludio – “Actualism and The Fascist Historic Imaginary”. *History and Theory Studies in the Philosophy of History*. Middletown: Wesleyan University. Vol. 42, N.º 2 (May 2003) p. 96-221 e PETERS, Rik – “Actes de Présence: Presence in Fascist Political Culture”. *History and Theory Studies in the Philosophy of History*. Middletown: Wesleyan University. Vol. 45, N.º 3 (October 2006) p. 362-374.